



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGE
Programa de
Pós-Graduação em Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

FABRÍCIO DOS SANTOS FERREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO: uma
análise das ações com foco no ENEM adotadas pela Secretaria de Educação do
Estado do Maranhão na rede pública estadual de educação de 1998 a 2019

Nota Técnica apresentada como Produto Técnico Tecnológico ao Mestrado Profissional em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

São Luís

2021

Ferreira, Fabrício dos Santos.

Políticas públicas educacionais para o ensino médio: uma análise das ações com foco no ENEM adotadas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão de 1998 a 2019 / Fabrício dos Santos Ferreira. – São Luís, 2021.

15f

A nota técnica constitui-se produto técnico tecnológico do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão.

1.Política educacional – Maranhão. 2.Ensino médio. 3.ENEM. I.Título.

CDU: 373.5.014.5"1998/2019"(812.1)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

NOTA TÉCNICA

**Análise de Políticas Públicas implementadas no Maranhão de 1998 a 2019
Políticas Públicas Educacionais com foco no ENEM**

ÁREA: Educação Básica (Ensino Médio)

ASSUNTO: Proposta de aperfeiçoamento na formulação e na implementação de Políticas Públicas Educacionais no Maranhão

1. RELATÓRIO

A crise do capitalismo vivenciada nos anos 1970 impôs ao mundo a adoção de medidas que pudessem enfrentar a realidade de recessão econômica e incremento das desigualdades na maior parte do planeta. Como resultado dos esforços das nações mais ricas e influentes do planeta resultou o protagonismo norte-americano e o advento de uma economia globalizada, a qual deu origem ao Neoliberalismo.

No plano nacional, o Brasil adotou uma série de medidas orientadas pelos valores neoliberais, como mitigação do papel do Estado no enfrentamento aos problemas sociais, forte descentralização e gestões pautadas pela noção de eficiência e eficácia, conceitos norteadores da chamada qualidade total, o que acabara notabilizando o país, no fim do século XX e primeira década do século XXI, por privatizações, precarização dos direitos trabalhistas, privatismo e racionalização no emprego dos recursos voltados para as políticas sociais.

Na Educação, tais medidas significaram, em linhas gerais, a desresponsabilização do Estado – com a conseqüente transferência desse papel para a escola -, a culpabilização de gestores e professores pelo baixo desempenho escolar, a busca pela universalização do acesso ao ensino, a inserção dos princípios da qualidade total na realidade escolas e a adoção da política de avaliação em larga escala.

Foi neste contexto que o Ministério da Educação criou o Exame Nacional do Ensino Médio, o qual se tornaria a segunda maior avaliação em larga escala do mundo, só perdendo em número de adeptos para o exame chinês, uma clara tentativa de criar uma forma unificada de acesso ao ensino superior, bem como de obter uma fonte de dados capazes de simbolizar a realidade educacional do país e de orientar a formulação de políticas educacionais.

A partir dessas mudanças no plano nacional, o Estado do Maranhão buscou adequar a legislação local às novas demandas para o Ensino Médio e, por meio de novas políticas públicas, em várias gestões, de 1998 a 2019, conferiu este segmento uma ampliação da qualidade educacional do estado.

Assim, documentos como as *Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado* (1999), o *Convênio Viva Educação* (2000), *Educação no Estado do Maranhão: avanços/projetos e orientações para o ano letivo de 2006*, o *Plano de Governo para a Educação Básica: doze medidas para mudar o Maranhão* (2007), o *Programa Escola Digna* (2015), a *Política Educacional Escola Digna* (2019), o *SEAMA - Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão* –(2016) e o *Programa Mais Gestão* (2019) são algumas dessas políticas adotadas pelo Estado do Maranhão em diferentes gestões para o enfrentamento dos problemas relacionados à baixa qualidade da educação maranhense, especialmente no Ensino Médio.

O Maranhão, então, cuidou-se de implementar em 1998 uma reforma administrativa que pusesse em prática e alinhasse o Estado aos ditames das políticas neoliberais, ou seja, fez no plano local o que já vinha acontecendo em escala global, promovendo mudanças radicais tanto no plano administrativo quanto no plano educacional.

Essas medidas, de caráter impopular, encontravam amparo discursivo nos piores indicadores sociais, econômicos e educacionais do Brasil, sob a justificativa que se tratavam de medidas necessárias para inserir o Estado em

uma nova era, o que acabou sendo chamado pela gestão da então governadora Roseana Sarney de um “Novo Tempo”.

O que se viu com o tempo foram desastrosas ações, como o polêmico convênio com a Fundação Roberto Marinho, o “Viva Educação”. Os indicadores educacionais não só não melhoraram como, em algumas situações, agravaram-se. Diante da incapacidade desse grupo político em combater esses problemas, a família Sarney perde espaço no contexto político maranhense, sendo sucedido, até o presente momento, de forma definitiva, por outros grupos políticos, a exemplo do ex-aliado José Reynaldo Tavares – logo em seguida -, do ex-governador Jackson Kepler Lago e, atualmente, o atual governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino.

Com uma administração pautada em um discurso de oposição e negação às ideologias dos governos anteriores, especialmente do grupo Sarney, a gestão do governador Flávio Dino buscou implementar um governo de caráter popular e inclusivo, como aludia o slogan adotado pela gestão: “Governo do Maranhão, Governo de Todos Nós”.

Dessa forma, no plano educacional, a gestão dinista empregava a narrativa de corrigir os atrasos históricos deixados como legado pelo Grupo Sarney, ao qual denomina de “oligarquia”, bem como restaurar a dignidade do povo maranhense, percurso que, no entendimento do governador, só poderia ser alcançado por meio de um maciço investimento em educação, uma de suas plataformas de campanha.

Ainda que inserido no mesmo contexto neoliberal dos governos anteriores, a gestão dinista prometia promover rupturas com valores que pouco colaboravam para as transformações na qualidade da educação maranhense. Neste sentido, as ações da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão focalizaram-se ainda em aspectos de natureza mais quantitativa, como a construção e reforma de prédios escolares, dada a carência não apenas na quantidade, mas na estrutura dessas escolas para receber os alunos.

Não obstante fossem medidas que não versassem propriamente sobre a qualidade da educação, identificavam-se como suporte para que outras ações de cunho voltado para a qualidade pudessem ser adotadas. Cumpre destacar o cenário desafiador no qual estaria inserido o governo dinista, pois, diferentemente da gestão de sua maior opositora política, a governadora Roseana Sarney, a gestão do pcdista encontraria três grandes obstáculos para a efetivação de suas pretensões:

a grave crise financeira e fiscal que assolaria o Brasil desde 2016 e que, por conseguinte, diminuiria a arrecadação e o poder de investimento do Estado; o desalinhamento político-ideológico com o Governo Federal, especialmente após o impeachment da ex-presidenta Dilma Vanna Rousseff, na gestão do ex-presidente Michel Temer, bem como na gestão do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, o que escassearia tanto o apoio político, quanto os investimentos no Maranhão; e, por fim, a pandemia do Novo Coronavírus, que afetaria a capacidade sanitária, econômica, de gestão e, conseqüentemente, a contumaz e eficaz implementação das políticas públicas planejadas.

Ainda que a dinâmica social seja bastante significativa e muitas coisas tenham ocorrido nestas últimas duas décadas no Maranhão, no Brasil e no mundo, algumas coisas permanecem como ponto comum entre o fim/início do século XX/XXI e o momento atual, 2021, a saber: as acentuadas desigualdades sociais, os baixos indicadores sociais e educacionais do Maranhão, o grande desafio da qualidade da educação maranhense e, ainda, a combate a problemas históricos como a evasão escolar, a acentuada distorção idade/série e a formação inadequada dos professores que compõem a rede pública de ensino.

Especificamente no que tange ao Ensino Médio, a reforma deste segmento de ensino implementada pelo governo do ex-presidente Michel Temer, a consolidação do ENEM, a integração do Ensino Médio e do ensino profissionalizante e, mais recentemente, a homologação e início da implementação da Base Nacional Comum Curricular trouxeram desafios ainda maiores, exigindo do Poder Público um cuidado maior na elaboração e implementação de Políticas Públicas para o Ensino Médio.

Com o intuito de colaborar com o aperfeiçoamento na elaboração e implementação das políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio e, mais especificamente, relacionadas ao ENEM, no âmbito do Estado do Maranhão, é que esta Nota Técnica explicitará o resultado de uma análise acerca de duas das principais políticas educacionais formuladas pelo Estado do Maranhão no período entre 1998 a 2019, quais sejam: **“Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado”** (1999) e o “Programa Escola Digna” (2015) convertida posteriormente na **“Política Educacional Escola Digna” (2019)**.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A partir da análise das políticas públicas educacionais “**Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado**” (1999) e da “**Política Educacional Escola Digna**” (2019) formuladas e implementadas pela Gerência Adjunta para Educação e pela SEDUC/MA – Secretaria de Educação do Estado do Maranhão -, respectivamente, foram identificados aspectos que podem ser otimizados e que, a partir de agora, passamos a apresentar como mensagens, como objetivo, prioritariamente, de qualificar o debate público educacional, a saber:

2.1 MENSAGEM 1: Por um caráter contínuo das Políticas Públicas Educacionais

Historicamente, as Políticas Públicas Educacionais no Estado do Maranhão têm assumido o caráter de Políticas de Governo, o quê, não obstante se reconheça ser uma cultura entranhada nas Administrações Públicas Estaduais e Municipais do Brasil de fora a fora, não deve ser interpretada como algo positivo.

Conquanto se evidencie como um traço personalíssimo nas gestões públicas, especialmente porque derivam do contexto de uma política fisiologista e clientelista, que organiza a gestão de acordo com interesses meramente eleitorais, considerar-se-á nesta Nota Técnica como referencial a ideia do dever que se impõe de promover uma gestão pública verdadeiramente comprometida com a melhoria da qualidade da educação.

Neste sentido, reconhecemos no caráter transitório e descontínuo das Políticas de Governo características que dificultam, quando não muito inviabilizam, a promoção de ações capazes de minorar ou mesmo resolver os principais problemas educacionais do Estado. Esse caráter descontínuo dificulta o estabelecimento de uma linguagem de trabalho, a construção de uma *expertise* funcional e de gestão, a apropriação e o amadurecimento acerca dos problemas identificados (o que facilita a tomada de decisões e a formulação de estratégias), a consolidação de uma cultura organizacional e uma maior identificação entre os sujeitos do processo (equipe de gestão das secretarias, equipes de gestão das escolas, equipe administrativa e professores).

Nesse diapasão, propõe-se a tomada de decisão política no sentido do enfrentamento e da desconstrução dessa cultura e de se investir na adoção de

Políticas de Estado, as quais se caracterizam por perpassar diferentes gestões, independentemente de suas escolhas político-ideológicas, uma vez que, por natureza, priorizam a melhoria dos indicadores sociais e a resolução dos problemas para os quais foram concebidas.

Desse modo, seu caráter de permanência e continuidade confere estabilidade às ações adotadas, permite melhor avaliação do que foi implementado, qualifica a correção das falhas, estabelecendo ciclos repetidos de reimplementação, avaliação e correção, os quais “amadurecem” as políticas, ampliam-lhes a apropriação pelos sujeitos do processo e facilitam a obtenção de resultados positivos, o que tem se verificado, por exemplo, nos últimos anos, como consequência da implementação da Macropolítica de Estado “Escola Digna”.

Assim, esta Mensagem 1 propõe a tomada de decisão política no sentido da construção de uma contracultura em prol da instituição de Políticas de Estado para a educação, dotadas de continuidade e que sejam capazes, a partir disso, de estabelecerem uma linguagem de gestão e de construir um perfil para a educação local, a fim de minimizarem os problemas e de promoverem a qualidade da educação maranhense.

2.2 MENSAGEM 2: Por um caráter mais democrático das políticas públicas educacionais

Políticas públicas são importantes instrumentos para a consecução do interesse público, para a concretização dos direitos sociais e para a promoção da melhoria da qualidade de vida nas sociedades. Por refletirem os anseios de determinados grupos sociais ou mesmo de toda a coletividade, as políticas públicas constituem-se um reflexo de como se dá a vida dos sujeitos em seu cotidiano, diante de seus desafios, da complexidade de suas próprias realidades.

Historicamente, o Brasil possui uma tradição de políticas públicas construídas de modo vertical, ou seja, pensadas e formuladas no reservado dos gabinetes institucionais. Por trás de suas constituições, é comum a figura de burocratas, técnicos, muitos dos quais, comumente, nunca atuaram no ambiente escolar, conhecem-no apenas da literatura ou a partir das narrativas de outros sujeitos.

Neste sentido, se as políticas são ferramentas organizadas para atuarem junto às pessoas, para as pessoas e a fim de melhorar a vida das pessoas, razoável seria

que fossem pensadas, discutidas e formuladas a partir do olhar e as experiências daqueles mais diretamente envolvidos. Dessa forma, identificamos como ponto a ser melhorado na cultura das políticas públicas educacionais formuladas no âmbito do Estado do Maranhão o desenvolvimento e estímulo para que tenham o caráter o mais democrático possível.

Assim, reforçar o caráter democrático das políticas é diminuir a distância entre o que se propõe e o que se vive, o que, de certa forma, aumenta a possibilidade de que essas políticas produzam os resultados esperados, melhorando efetivamente a vida das pessoas. Políticas públicas em que os beneficiários se reconheçam e se sintam parte são fundamentais para que tenham a aderência dos envolvidos, bem como para que se empenhem em suas concretizações.

Desse modo, propomos, para ampliar o caráter democrático das políticas educacionais no Maranhão, que sejam realizados fóruns colegiados cíclicos, nos quais os sujeitos do processo participem ativamente dos debates, levantando as demandas presentes em cada realidade e colaborando para a formulação de novas políticas, as quais reflitam com maior precisão os contextos a serem atendidos.

Ainda para ampliar sua feição democrática, a gestão deve criar conselhos comunitários para, em colaboração com a gestão, participem mais ativamente da formulação e implementação das ações. Ainda para ampliar a pluralidade e coletividade das políticas, no âmbito das escolas, deve-se fortalecer os grêmios estudantis, bem como sua atuação junto às decisões administrativas e pedagógicas nas escolas. Quanto mais as políticas forem formuladas e instrumentalizadas horizontalmente, ou seja, com a participação de todos os sujeitos envolvidos, direta e indiretamente no processo, mais democrática e mais aptas à eficácia estarão.

2.3 MENSAGEM 3: Por um caráter mais integrador das políticas públicas educacionais

A arqueologia das políticas públicas educacionais no Brasil revela um perfil fragmentário dessas políticas, à medida que, comumente, são formuladas e implementadas de modo desarticulado entre os diversos entes da federação, sem que haja, a partir de seu planejamento, a preocupação de que possam perpassar pela realidade e gestão de mais de um ente federativo.

Esse caráter fragmentário, sob vários aspectos, traz desvantagens para a gestão pública e, teleologicamente, para a sociedade. Em um primeiro plano, a ausência de integração das políticas impossibilita que os diferentes entes possam partilhar soluções a problemas que, muitas vezes, são comuns. Ademais, boas práticas adotadas em um ente podem, em boa parte dos casos, representar medidas viáveis em outras, com o facilitador de que os elementos de melhoria já possam ser previamente indicados.

Outro aspecto prejudicial ao não se adotar um caráter integrador para as políticas consiste no aumento de custos, uma vez que, ao implementar em nível estadual, por exemplo, políticas que estejam desarticuladas ou que não possuam unidade com os municípios, o risco de que precisem ser desfeitas ou modificadas se amplia, o que implica em novo aporte de recursos públicos e baixa eficácia.

Além disso, a construção de um regime de colaboração quando da formulação e implementação das políticas educacionais reduz os riscos de fracasso ou de crescimento irregular, pois aumenta a coesão das ações, a construção de uma *expertise*, solidifica a troca de experiências como uma rotina e viabiliza que os resultados sejam mais homogêneos.

Neste diapasão, propomos a ampliação dos convênios entre o Estado e os Municípios, a adoção de políticas no âmbito dos Municípios que sigam as diretrizes traçadas em nível estadual por meio da (respeitando-se suas especificidades), bem como maior participação dos gestores das secretarias municipais de educação no âmbito das decisões da SEDUC/MA, o que pode ser articulado por meio de instituições como a UNDIME/MA ou pela Federação dos Municípios do Estado do Maranhão.

2.4 MENSAGEM 4: Pela valorização dos profissionais da educação

Os professores, dentro do processo educacional, são um dos pilares estruturantes da gestão pedagógica e ocupam papel de destaque na instrumentalização das políticas educacionais, a fim de assegurar a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, apesar de sua inegável importância para a educação e para a sociedade, historicamente os professores foram e são pouco reconhecidos e valorizados, inclusive salarialmente.

Ademais, além dos baixos salários e da precarização de seus direitos, as condições de trabalho a que são submetidos são péssimas, precisando lidar com problemas como a falta de material pedagógico, escolas com poucos recursos tecnológicos, dificuldade de acesso à cultura, violência escolar etc.

Historicamente, associa-se o ofício do professor a uma dimensão emocional, uma vocação ou espécie de missão em que, sob o manto do discurso de que trabalham por amor ao que fazem e que isso é belo em razão da nobreza de seu ofício, justifica-se socialmente como admissível as condições subalternas de sua atuação e os baixos salários, muitos beirando a indignidade.

Esta prática, além de promover a desaprovação à carreira (muitos jovens não possuem mais nenhum interesse em se formarem professores), quase que inviabiliza que os professores possam investir em sua formação cultural, á medida que, na maior parte das vezes, não possuem condições econômicas para fazê-lo. Note-se, pois, que se subtrai do professor a chance de ampliar seus saberes em razão, pasmem, do amor que nutrem por seu ofício.

Dessa forma, propomos que seja estruturado um plano de cargos e salários para os professores, bem como para os demais profissionais da educação, ampliando sua base salarial com reconhecimento a seu tempo de trabalho, sua produtividade e sua formação acadêmica. Que seja estruturada uma política salarial justa e digna, que vá além da correção dos índices inflacionários e alcance o aumento real dos salários. Essas ações exigem, sobretudo, decisão política que priorize a educação e os profissionais da educação como indispensáveis e fundamentais para a sociedade, não apenas por meio de um reconhecimento moral, mas também por meio da valorização salarial e de carreira.

Também podem ser desenvolvidas ações no sentido de valorizar a qualidade de vida dos profissionais da educação, bem como o acesso ao aparelho cultural, tão importantes que são para sua atuação profissional. Neste sentido, propomos a criação de um Programa de Saúde do Profissional da Educação, o qual seja composto por uma equipe multidisciplinar formada por médicos, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, fonoaudiólogos, professores de dança, educadores físicos e assistentes sociais, que ofereça aos profissionais da educação assistência de saúde física e mental por meio de ações nas escolas, as quais estimulem os profissionais da educação a cuidarem melhor, por exemplo, da alimentação, da voz, da postura ou mesmo do equilíbrio emocional.

No que tange ao acesso ao aparelho cultural, poderiam ser desenvolvidos programas, por meio de incentivos fiscais, de facilitação ao acesso a livros, cinemas, teatros e viagens, bem como a ampliação dos programas de pós-graduação das universidades públicas com o incremento dos recursos para o aumento das vagas, ampliação do orçamento para a FAPEMA, possibilitando a ampliação da concessão de bolsas para a publicação de livros, cursos no exterior e para o desenvolvimento de projetos de extensão, por exemplo. Também podem ser desenvolvidas ações que facilitem o acesso dos profissionais da educação a cursos de língua estrangeira e de educação digital, os quais podem ser promovidos e desenvolvidos nas próprias universidades públicas.

2.5 MENSAGEM 5: Por uma política permanente de formação continuada de professores

O processo educacional é extremamente dinâmico e as exigências impostas pela realidade são cada vez mais desafiadoras. Muitos foram os elementos que ampliaram, nas últimas décadas, a complexidade das relações de ensino e aprendizagem, a exemplo do desenvolvimento e expansão das TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação – ou mesmo as novas exigências decorrentes da própria dinâmica social, impostas pelas novas profissões e pela modificação nas relações de trabalho.

Dessa forma, o papel da escola e, por conseguinte, do professor, é de suma importância para que o processo de ensino e aprendizagem não só acompanhe as atualizações trazidas pelo próprio contexto circundante, mas também para efetivá-lo de forma eficaz e com qualidade, edificando a escola como um espaço sensível a essas transformações e que esteja em perfeita sintonia com as necessidades dos educandos e da sociedade.

Neste sentido, a educação, que é sobretudo valor, está diretamente associada ao saber, quando não muito se possa considerar que seja o saber em estado original, o que exige permanente dedicação dos professores à sua ampliação, bem como aprofundamento. Assim, não faz sentido que haja um descompasso entre os saberes apropriados pelos professores e o que deles é cobrado para que possam mediar o ensino e aprendizagem.

Entretanto, a realidade de baixos salários, pouca valorização dos professores, elevado preço de livros e cursos, bem como as jornadas de trabalho cada vez mais exaustivas dificultam que os professores se dediquem ao aprimoramento de suas formações. Embora fortemente orientada pelos valores do Neoliberalismo, dentre os quais a desresponsabilização do Estado, é sim dever da Administração Pública construir meios para a promoção do aperfeiçoamento contínuo da formação inicial e continuada dos professores.

Dessa forma, propomos que a Administração Pública amplie e solidifique um programa de formação continuada para os professores, mas que seja contínuo e não apenas ocasional como tem ocorrido. Hodiernamente, os programas de formação continuada têm se restringido a encontros pontuais no início do ano letivo, normalmente denominados de “Semanas ou Jornadas Pedagógicas”.

O que propomos aqui é uma formação permanente e constante, o que pode ser efetivada, por exemplo, com a criação de hfs – horários formativos -, horários que seriam disponibilizados dentro da própria carga horária semanal do professor para que, junto às equipes pedagógicas, possam ser realizadas leituras, debates, planejamento de ações, elaboração de projetos pedagógicos, estudos dirigidos etc.

Em âmbito escolar, os encontros grupais poderiam ser realizados mensalmente, com estudos planejados a partir dos problemas específicos das escolas, cujo objetivo principal, além de ampliar o conhecimento dos professores, fosse promover o enfrentamento dos principais desafios que emergem da realidade da prática educativa de cada unidade escolar.

Outra ação que poderia ser empreendida diz respeito à ampliação de investimentos na Universidade Estadual do Maranhão para a ampliação da oferta de vagas nos cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu para professores, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Ademais, por meio da UEMANET, novos polos poderiam ser abertos nos municípios do interior do estado, ampliando assim a oferta de cursos de pós-graduação e extensão. No mesmo sentido, o Governo do Estado do Maranhão poderia firmar convênio com a Universidade Federal do Maranhão para ampliar a oferta de cursos e vagas.

2.6 MENSAGEM 6: Pelo incremento dos recursos tecnológicos nas escolas maranhenses

A última metade do século XX e o início do século XXI marcou profundamente o mundo em razão do desenvolvimento da tecnologia e com o desenvolvimento de ferramentas que transformaram definitivamente o curso da humanidade. O advento da internet potencializou ainda mais as possibilidades decorrentes desta que é considerada uma verdadeira revolução dos tempos atuais.

Dinamismo, velocidade e praticidade passaram a pautar uma série de ações humanas, das mais simples às mais complexas, do pagamento de uma conta ao processo de comunicação quase instantâneo, mesmo que os dois sujeitos estão em lugares completamente distintos do globo terrestre.

A ampliação da oferta das tecnologias da informação e comunicação alcançaram, por óbvio, o contexto escolar, e é cada vez mais surpreendente e veloz a quantidade de ferramentas tecnológicas que podem ser utilizadas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, as quais vão do uso do Datashow a lousas digitais de alta precisão e cheias de efeitos visuais.

Entretanto, é importante frisar que essa explosão tecnológica ainda ocorre de forma marginal e seletiva, à medida que muitos sujeitos ainda se encontram alijados do acesso a elas, o que ficou ainda mais evidente no recente contexto da pandemia do Novo Coronavírus. Não obstante a isso, a presença e a necessidade das TICs no espaço educacional são irreversíveis, dado o contexto da própria sociedade.

Desse modo, o Poder Público precisa ampliar significativamente as políticas públicas de promoção ao acesso aos equipamentos tecnológicos, seja pelas escolas, seja por professores e alunos. Assegurar o acesso é promover inclusão digital, praticar isonomia e garantir igualdade de oportunidades. Investimentos no barateamento dos equipamentos tecnológicos por professores e alunos, ampliação da cobertura de internet nas escolas públicas, ampliação da oferta de equipamentos tecnológicos no espaço escolar são necessidades imperiosas.

Assim, a criação de programas de inclusão e alfabetização digital, a ampliação dos investimentos em tecnologia educacional, a disponibilização de linhas de crédito a juros baixos para aquisição de suprimentos tecnológicos, a transformação das escolas em polos tecnológicos aos fins de semana promovendo aulas de inclusão e alfabetização

digital para as comunidades são caminhos que podem ser trilhados para a inserção definitiva de escolas, alunos e professores no universo tecnológico.

3. CONCLUSÃO

Historicamente, a educação maranhense emoldurou um cenário de péssimos indicadores, sempre ladeados por uma realidade social bafra e umbilicalmente associada, senão responsável em parte, pela forma como a educação se encontra. Um cenário de descaso por aqueles que ocuparam as gestões governamentais, descaso esse que encerrou o Maranhão no atraso e na pobreza, o qual evidenciou uma priorização do clientelismo político em detrimento da qualidade de vida da população maranhense.

A gestão da educação para além de um processo complexo trata-se de uma atuação estratégica da Administração Pública no sentido de promover as melhorias de que a sociedade tanto precisa. Uma das ferramentas mais importantes que pautam essa atuação são as políticas públicas, as quais, além de disciplinarem a forma como o Estado vai atuar no enfrentamento aos problemas, também indicam a feição ideológica de que as formulam e implementam.

Neste sentido, esta Nota Técnica, produto técnico tecnológico fruto de uma dissertação em nível de Mestrado e que analisou as políticas públicas educacionais com foco no ENEM implementadas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão de 1998 a 2019 na rede pública estadual de educação, traz propostas para o aperfeiçoamento na elaboração e implementação de novas políticas que venham a ser estruturadas.

O objetivo, portanto, desta Nota Técnica, não é de exaurir medidas que sejam capazes de qualificar a educação maranhense, mas de colaborar com propostas de melhoria para a formulação e implementação de futuras políticas. Acreditamos que a construção do processo educacional se dá por muitas mãos, envolvendo todos os seus sujeitos, ocupando a academia um papel relevante para a qualificação da educação. É com o propósito de aproximar a universidade pública da gestão pública, bem como de colaborar com a otimização das políticas educacionais que esta Nota Técnica foi elaborada